

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.454.647 - SP (2019/0049545-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S) - SP128341
THAIS LENTZ DA SILVA - SP257161
RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP211648
OSCAR TAKETO FUJISHIMA - SP284953
ARTHUR MOREIRA DELGADO - SP309993
FERNANDO FERREIRA DA SILVA PARRO - SP253872
LUIZ MORI - SP321121
AGRAVADO : EDGAR FRANCISCO NESPOLI
ADVOGADOS : HANAÍ SIMONE THOMÉ SCAMARDI - SP190663
ANDRE LUIS BONITO E OUTRO(S) - SP309739
LUIS PAULO INVERNIZE CARDOZO - SP334619
INTERES. : INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por Banco do Brasil S.A. contra a decisão de fls. 201-203 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, na qual foi negado seguimento ao recurso especial.

O recurso especial foi deduzido em desafio ao acórdão de fls. 149-154 (e-STJ), prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - Concessão dos benefícios da justiça gratuita — Suficiência da simples afirmação da pobreza pelo requerente - Inteligência do caput, do artigo 98 c.c. parágrafo 3º, do artigo 99, ambos do Novo Código de Processo Civil - Desnecessidade da juntada de outros documentos - Recurso provido.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 157-172), apontou o insurgente, além de dissídio jurisprudencial, a existência de violação dos arts. 1º e 4º da Lei 1.060/1950. Sustentou, em síntese, a insuficiência da declaração de hipossuficiência

para fins da gratuidade de justiça.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 200).

A Corte de origem deixou de admitir o recurso sob os seguintes fundamentos: a) não demonstração da violação aos dispositivos arrolados; e b) não comprovação do dissídio jurisprudencial.

Daí o presente agravo, no qual o insurgente contesta a aplicação dos óbices.

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 240).

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a declaração de hipossuficiência somada à ausência de indícios de capacidade financeira é suficiente para o deferimento da gratuidade de justiça.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS. CONCESSÃO SEM EFEITOS RETROATIVOS. PRESCRIÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL NÃO VERIFICADOS.

1. A declaração de pobreza que tenha por finalidade o benefício da assistência judiciária gratuita pode ser requerida a qualquer tempo, sem, no entanto, operar efeito retroativo.

2. Nos termos do art. 99, § 3º, do CPC/2015, não havendo indícios de ausência dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade, presume-se verdadeira a alegação de hipossuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

3. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos declaratórios quanto à questão da prescrição, afigura-se patente o intuito infringente da irresignação que objetiva não suprimir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou sanar erro material, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

4. Embargos de declaração parcialmente acolhidos para deferir a gratuidade de justiça requerida, sem efeitos retroativos.

(EDcl no AgInt no AREsp 1305066/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/05/2019, DJe 23/05/2019).

Dessa forma, a decisão recorrida se mostra em sintonia com o

entendimento deste Tribunal, motivo pelo qual não merece reforma.

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 04 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

